

Deliberações da Assembleia Geral dos Trabalhadores em Educação Concurados realizada dia 13 de março de 2025

Em assembleia, trabalhadores em Educação cobram negociação da Campanha Salarial com a Prefeitura

Na manhã de quinta-feira (13/03), os trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte realizaram a primeira Assembleia Geral da Campanha Salarial 2025, na Praça da Estação.

Desde o início do ano, o Sindicato tentou iniciar o processo de negociação com o governo municipal, agora sob a gestão de Álvaro Damiano (União Brasil). No entanto, a Secretaria Municipal

de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG) afirmou que só abrirá as negociações em julho, sem apresentar qualquer índice de recomposição salarial até lá. Esse posicionamento gerou indignação entre os trabalhadores, uma vez que o piso salarial nacional do magistério é reajustado anualmente em janeiro, e a campanha salarial da educação tradicionalmente acontece no início do ano. O mesmo ocorre para os demais servidores do município.

Para o Sind-REDE/BH, é inaceitável que a Prefeitura gaste recursos com contratação de empresas de “planejamento” e compra de materiais paradidáticos

questionáveis enquanto se recusa a investir na valorização dos profissionais da educação e na melhoria das condições de ensino.

Ato público e próximos passos

Os trabalhadores saíram em passeata unificada entre a educação e demais servidores pelo Centro da cidade, em direção à Prefeitura, exigindo do governo municipal uma resposta rápida às reivindicações. Cerca de 2 mil trabalhadores participaram da manifestação.

Os trabalhadores em educação votaram pela realização de uma nova assembleia, com indicativo de greve, no dia 15 de abril.

comunidades escolares;

- Campanha virtual nas redes sociais por negociação e atendimento às nossas reivindicações;
- Contato com lideranças comunitárias representantes e direção sindical para discussão de nossas pautas;
- Conversa com vereadores, deputados, lideranças partidárias para discussão de nossas pautas.

CALENDÁRIO E AÇÕES

Dia 01 de abril (terça-feira), às 8h30 e 14h, no Sind-REDE: *Plenária de Representantes dos Trabalhadores em Educação Concurados*

Dia 04 de abril (sexta-feira), às 19h, via Google Meet: *Plenária Virtual de Representantes dos Trabalhadores em Educação EJA*

Dia 10 de abril (quinta-feira), às 14h, no Sind-REDE/BH *Plenária das Professoras e Professores Aposentados*

Dia 15 de abril (terça-feira), às 14h, na Praça da Estação: *Assembleia Geral dos Trabalhadores em Educação Concurados*

Paralisação total!
Com indicativo de Greve!

DE 14 DE MARÇO A 13 DE ABRIL

- Visita às escolas e reunião com os setores específicos da categoria;
- Panfletagem, colagem de cartazes e reuniões com as

CAMPANHAS:

- Valorização da educação Pública;
- Contra os contratos com empresas privadas na educação pública e política de expansão de convênios para atendimento da educação infantil;
- Denúncia e exigência de atendimento de crianças de 0 a 1;
- Denúncia e exigência da qualificação do atendimento de PcDs;
- Denúncia e exigência de valorização profissional concursados e terceirizados;
- Fim da Escala 6X1, redução da jornada de trabalho sem redução de salário.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CAMPANHA SALARIAL DE 2025 - aprovada em assembleia do dia 13 de março de 2025

Econômico

1. Reajuste de 47,02% (perdas do governo Kalil/Fuad em relação aos índices de reajustes PNM no mesmo período);
2. Pagamento integral do piso no primeiro nível da carreira (nível 8);
3. Recomposição em 10,25% do salário para professoras(es) aposentadas(os) do Ensino Fundamental e 21,55% para as professoras(es) aposentada(os) da Educação Infantil, que não foram contemplados com as progressões automáticas concedidas aos trabalhadores da ativa em 2022.

Geral

1. Vale-refeição para todos os trabalhadores em educação, independente da carga horária de trabalho e de igual valor ao dos servidores da Câmara;
2. Vale cultura para aposentados, trabalhadores com dobra, trabalhadores em licença para aperfeiçoamento, trabalhadores liberados para exercer mandato classista;
3. Garantia de mais duas progressões por escolaridade (para o conjunto dos trabalhadores concursados);
4. Garantir aos servidores em exercício, aposentados e trabalhadores terceirizados vacinas que não estão sendo ofertadas no SUS, a exemplo da vacina de prevenção da herpes zóster;
5. Garantia de mais duas progressões por escolaridade.

Professores

1. Cumprimento da Lei Federal 11.738/08 (Lei do Piso) de forma a garantir 7h de planejamento aos professores;
2. Garantia da concessão de nível a todos os trabalhadores em educação que não fizeram a Avaliação de Desempenho de 2021 estipulada na Lei Municipal nº 11.381/22;
3. Autonomia do coletivo das escolas para organização das oito horas de reunião pedagógica coletiva por mês no turno de trabalho;
4. Garantia de pelo menos um professor(a) por turno, para além do 1.6, com formação em educação inclusiva ou que se forme em prazo pré-determinado, responsável junto aos professores da turma pelo planejamento e acompanhamento pedagógico dos estudantes com deficiência; estabelecimento de um plano permanente de formação destes profissionais;
5. Ampliação do quadro das escolas da rede, com quadro reserva de profissionais;
6. Aumento de repasse de verbas para as oficinas, em momentos de reuniões pedagógicas, para as escolas que assim optarem, com clareza do modelo;
7. Redução do número de estudantes por turma.

Educação Infantil

1. Recomposição do quadro de professores nas educação infantil aos moldes do ofício 140/2024;
2. Exigência que SMED e a PBH envie Projeto de Lei à Câmara, com o objetivo de aumentar o número de cargos na Rede Municipal de Educação;

3. Autonomia para os professores da educação infantil em relação ao cumprimento do planejamento.

Servidores PcD

1. Assegurar o acompanhamento da equipe multiprofissional e interdisciplinar com integrante do Sind-REDE/BH durante o estágio probatório;
2. Assegurar condições de acessibilidade no ambiente de trabalho aos servidores ativos da Rede, professores, AAEs e bibliotecários;
3. Redução da jornada de trabalho.

Assistentes Administrativos Educacionais (AAEs)

1. Aumentar os níveis da carreira dos AAEs dialogando com a proposta construída pelo setor e referendada;
2. Pagamento de 70% do reajuste do piso nacional da educação, no primeiro nível da carreira;
3. Possibilidade de vender as férias prêmio e gozar das mesmas;
4. Revisão da portaria 305/2018 a partir da definição da categoria;
5. Aumento da GDE para o cargo de secretário escolar;
6. Processo de certificação para gestor financeiro com entrada exclusiva para AAEs, sem prejuízo para os agentes governamentais que já estão no cargo;
7. Vale refeição para 6 horas;
8. Possibilitar aos AEEs atuarem na biblioteca, quando do interesse deles.

Bibliotecários

1. Ampliação dos níveis da carreira dos bibliotecários;
2. Unificação dos cargos de Bibliotecários (Pleno e Sênior);
3. Exigência de pelo menos um bibliotecário por escola;
4. Contar com o trabalho efetivo dos AAEs nas bibliotecas;
5. Investimento na formação continuada;
6. Apresentação de proposta para a nova organização da gerência de bibliotecas feita pelos bibliotecários para a SMED/BH (estruturação);
7. Discussão sobre o trabalho dos bibliotecários e a automação das obras nas bibliotecas;
8. Nomeação dos bibliotecários plenos;
9. Atendimento exclusivo no espaço da biblioteca.

Aposentados

1. Assegurar o pagamento do rateio do FUNDEF a todos os professores que estiveram na ativa entre 1997 e 2006, caso a PBH vença o processo judicial;
2. Garantir que todos os aposentados que estiveram na ativa entre 2018 e 2022 recebam o rateio da sobra do FUNDEB que lhes é devido;
3. Possibilitar aos aposentados a adesão ao plano de saúde subsidiado pela PBH, a qualquer momento que o servidor julgar necessário;
4. Garantia do cumprimento do direito constitucional à paridade com reajuste

relativo às perdas financeiras aos aposentados atingidos pela lei municipal 11.381/2022, que concedeu níveis na carreira só para os trabalhadores em educação da ativa;

5. Pagamento imediato das férias prêmio e dos direitos congelados a todos que aposentaram nos anos de 2020, 2021 e 2022.

Saúde do trabalhador

1. Aumentar o subsídio do plano de saúde;
2. Remunicipalizar a perícia médica;
3. Obrigatoriedade de o médico da perícia se identificar ao paciente, no deferimento e indeferimento de licenças;
4. Em nenhuma hipótese poderá haver indeferimento retroativo de licença médica.

O item 9 da pauta de bibliotecários foi destacado na assembleia do dia 13/03, o destaque foi debatido na reunião específica do setor no dia 19/03 e será debatido na plenária de representantes do dia 01/04.